

Ata número dezassete

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2024 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e Carla Marina Ascensão Cruz em substituição de João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

- 1- 1º Período de Intervenção do Público*
- 2- Período Antes da Ordem do Dia*

- 3- *Período da Ordem do Dia*
 - 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
 - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
 - 3.3- *Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2023 do Município de Belmonte*
 - 3.4- *Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2023 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM*
 - 3.5- *Apreciação e votação do procedimento para atribuição ao direito de utilização privativa de domínio público do Município de Belmonte para instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos*
 - 3.6- *Apreciação e votação AMPV– Associação Municípios Portugueses do Vinho – Reavaliação de participação do Município de Belmonte*
 - 3.7- *Apreciação e votação APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – Reavaliação de participação do Município de Belmonte*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 – 1º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público e passou a palavra ao Munícipe interessado.

Existiu apenas uma inscrição.

O Munícipe Senhor Olivier Soares, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“No dia 10 de março de 2024, dia das últimas eleições legislativas, ocorreram eventos irregulares e graves, para o normal exercício do direito de voto dos eleitores, de tal forma que esteve em causa a possibilidade, da mesa eleitoral nº4 da freguesia de Caria, ficar encerrada. Situação nunca vista no concelho de Belmonte, factos que não podem ficar sem resposta e sem uma tomada de posição pública por parte da Câmara Municipal de Belmonte.

No momento da abertura dessa mesa eleitoral, nas instalações do CCR de Malpique, questionei o membro da mesa, Cristina Maria Batista Esteves, que faz parte da direção do CCR de Malpique, para a abertura das instalações sanitárias, ao qual respondeu: “que a Sra. Presidente Olga Gonçalves, que é funcionária desta Câmara Municipal, tinha recebido um

requerimento da Câmara Municipal de Belmonte que pedia unicamente a sala da secção de voto e que ninguém poderia ter acesso às restantes instalações do CCR de Malpique.”

Decidiu-se abrir sob protesto a secção de votos de Malpique para não prejudicar a população e que esta falta de respeito para com os eleitores e residentes de Malpique ficaria registado em ata, bem como a CMB informada.

Depois de contactar a CMB, deslocaram-se quase de imediato, à secção de voto, os Srs. António Melo e José Manuel Figueiredo; este último informou a todos os membros da mesa que a Senhora estava incontactável, mas que se ia resolver a situação, o que não aconteceu.

Porém durante a tarde, o membro da mesa Cristina Maria Batista Esteves, acedeu por duas vezes às mesmas instalações, o que prova que este elemento tinha em sua posse as chaves das instalações, omitindo essa informação aos elementos da CMB.

A nenhum elemento da mesa, nem nenhum eleitor que, aí se deslocou durante o dia foi permitido o uso das casas de banho, tendo até sido utilizado por várias vezes a via pública para as necessidades fisiológicas.

Também, não havia aquecimento na sala, sendo que o aquecedor presente estava “avariado”, tendo um elemento da mesa recorrido ao seu veículo para se aquecer. Mas como não há duas sem três, todas as tomadas elétricas da sala estavam desligadas.

Estas foram as condições miseráveis encontradas nesse dia nas instalações do CCR de Malpique.

Muitos residentes de Malpique não se revêm nestas atitudes, ficando a sugestão de ponderar que os próximos atos eleitorais voltem para a escola de Malpique, onde aí nunca houve qualquer problema.

Ponto 2 Esclarecimento sobre documento

Tomei conhecimento por vários funcionários da Câmara Municipal de Belmonte e por um elemento da mesa, que tinha sido enviado para a Câmara Municipal de Belmonte um documento subscrito e assinado por vários eleitores, fazendo referência à minha pessoa, na tentativa de me afastar das minhas funções da mesa nº4 da freguesia de Caria, o que não veio a ocorrer.

Enviei um requerimento para a CMB, com pedido de cópia desse documento para conhecimento, apreciação e decisão a tomar, bem como um pedido de esclarecimentos sobre as situações ocorridas no dia das eleições, em carta registada no dia 13/03/2024

Recebi uma resposta da CM Belmonte, assinado por V. Excelência em 28/03/2024, que não fazia nenhuma referencia sobre o ocorrido no dia das eleições, mas trazia uma resposta à questão do documento. Resposta que vou ler:

“Recebemos anteriormente ao ato eleitoral um documento, que remetemos imediatamente para a Comissão Nacional de Eleições, assinado e subscrito por vários eleitores. Até à data não recebemos qualquer comunicação da referida Comissão. Contendo o referido documento dados que envolvem terceiros, os quais podem colidir com o Regulamento da Proteção de Dados, não o poderemos disponibilizar a V. Exa.”

Como se pode escudar no regulamento da proteção de dados, se esse documento já foi lido e é do conhecimento de várias pessoas da CMB? O meu nome não está lá referenciado? A proteção de dados não se aplica também à minha pessoa?

Foi também feita uma exposição detalhada e por escrito, à CNE no dia 02 de Abril de 2024, com cópia do documento fornecido por vossa excelência, da qual recebi resposta do gabinete jurídico, no dia 15/04/2024 e para a qual peço o máximo de atenção a todos os presentes,

Exmo. Senhor, em resposta ao solicitado por V. Exa informo que, compulsados os registos desta comissão, verifica-se não ter dado entrada qualquer comunicação da câmara municipal de Belmonte até à presente data. Com os melhores cumprimentos, Cristina Guerreiro, Gabinete Jurídico, Comissão nacional de eleições.

Estas duas situações vêm até esta assembleia porque da minha parte houve várias tentativas de esclarecimento por escrito e presencial no qual, estive reunido com o Sr. Vice-Presidente, Dr. Paulo Borralhinho, no dia 02/04/2024 para esclarecimentos sobre estas duas situações, do qual só ouvi, não sei de nada, não faço ideia, não é comigo, vou informar-me, até hoje, nada.

Em face do exposto tenho cinco perguntas ao Sr. presidente da Câmara

1-Garante de forma expressa e publica o envio do documento relativo à minha pessoa à CNE, face à resposta da CNE?

2-Que me diga qual o fundamento para a recusa de entrega do documento?

3-Teve conhecimento das irregularidades no dia das eleições?

4-Pode confirmar que estruturas foram requeridas à Sra. Presidente do CCR de Malpique para o ato eleitoral? Somente o espaço físico da sala como foi dito?

5-Que medidas preventivas pensa tomar para que situações como as descritas não ocorram?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas pelo Município Senhor Olivier Soares.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou o Município, Senhor Olivier Soares, que a Câmara Municipal de Belmonte tinha enviado para a Comissão Nacional de Eleições a reclamação apresentada, sendo que não tinha recebido resposta. Frisou que se lhe tinham dado essa informação ela estava errada, contudo iria confirmar se tinha seguido ou não, pois tinha apresentado a reclamação a quem de direito.

Aludiu que não tinha de se meter em guerras pessoais numa aldeia do seu Município, pois não lhe diziam respeito, para isso existiam as autoridades e os tribunais, pelo que deveriam resolver a situação como entendessem, mas que não envolvessem a Câmara Municipal de Belmonte, muito menos a sua pessoa, uma vez que já não tinha

idade para isso. Mencionou que não competia ao Presidente da Câmara Municipal dirimir essas situações.

Quando o Município Senhor Olivier Soares, dizia que a Presidente da Associação era funcionária da Câmara Municipal de Belmonte, aludiu que a relação da Presidente da Associação de Malpique nada tinha a ver com a funcionária da Câmara Municipal, pois eram situações completamente diferentes.

Mencionou que havia eleições todos os anos e que todos os anos eram no mesmo local, e que nunca tinham existido problemas, tendo questionado porque é que haveria de haver problemas agora? Porque as pessoas não se davam bem? Queriam que fosse lá o Senhor Presidente a fazer o quê? com um Sargento da GNR a prender as pessoas? Que o desculpasse, mas não lhe dizia respeito nem a ele nem à Câmara Municipal, e que a Câmara não iria ter intervenção nenhuma.

Relativamente à cópia do documento informou que um documento que entre na Câmara Municipal, não tem de dar conhecimento dele ao Município Senhor Olivier Soares, apenas porque o documento se referir a ele.

Asseverou que tinha recebido a carta, assim como tinha recebido a reclamação que tinham feito.

No que concerne à reclamação referiu que tinha feito o que devia ter feito, que foi enviar a mesma para onde deveria.

Em relação ao abaixo-assinado, aludiu que também tinha ido para a Comissão Nacional de Eleições.

Seguidamente lamentou profundamente a situação, mas o Executivo não podia fazer nada, para isso existiam a justiça e as autoridades.

Mencionou que também lamentava muito o facto de as casas de banho terem estado fechadas, pois tinha tido conhecimento no próprio dia, mas que também tinha visto que não era nenhuma situação que ele pudesse resolver. Tendo indagado se era naquela altura que iam alterar o local da votação. Contudo sabia que era uma situação desagradável, mas que não podia fazer nada.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua declaração que se transcreve integralmente.

“Declaração

É com o aumento dos salários que a vida das pessoas melhora

Com a sua proposta o Governo está a criar uma expectativa que não terá correspondência com a realidade pois se de facto quer mais justiça fiscal, quereria aliviar a tributação sobre os rendimentos baixos e intermédios e não é o que se verifica.

Vejamos: um salário de mil euros, com a proposta do Governo terá um alívio fiscal de apenas 2,16 euros por mês, um salário de 1500 euros, o alívio fiscal será de apenas 4,66 euros por mês e um salário de 2000 euros será de apenas 7,62 euros por mês.

Logo, com esta proposta a vida dos trabalhadores não vai melhorar. A vida dos trabalhadores melhora sim, com o aumento efetivo dos salários, discussão que o Governo recusa sistematicamente.

É o aumento dos salários, que permite valorizar o poder de compra, que faz mesmo diferença na vida das pessoas.

Querem discutir impostos, para conter e impedir o aumento dos salários.

Querem discutir impostos, não porque pretendam aliviar a tributação sobre os rendimentos baixos e intermédios, mas porque querem justificar a redução do IRC e das derramas, para favorecer sobretudo os grupos económicos e retirar recursos que são necessários para reforçar os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

Já sobre a redução do IVA da energia e das telecomunicações, que beneficiaria sobretudo os trabalhadores e os reformados, o Governo nem sequer quer ouvir falar.

Não querem discutir impostos para resolver o problema da injustiça fiscal, pelo contrário, querem discuti-los com o objetivo de aprofundar a injustiça fiscal.

Se querem falar de IRS, então falemos de IRS. Onde o Governo propõe o alívio mais significativo da tributação é nos rendimentos mais altos e não nos rendimentos baixos e intermédios, o que por si só contraria a progressividade do imposto.

Defendemos o alívio fiscal sobre os rendimentos de trabalho mais baixos e intermédios e uma tributação mais efetiva sobre os rendimentos de capital e património, maior justiça fiscal.

Com o objetivo de aliviar a tributação dos rendimentos baixos e intermédios, deveria verificar-se a redução das taxas dos 1.º e 2.º escalão, que tem impacto positivo em todos os escalões de IRS, beneficiando sobretudo os rendimentos dos escalões imediatamente a seguir, bem como a atualização da dedução específica, com a inflação, para 5208 euros, isto é, mais 1100 euros que são deduzidos à matéria coletável. A conjugação destas duas propostas seria mais vantajosa do que a proposta do Governo para rendimentos até ao 6.º escalão inclusive.

Com a proposta do Governo um salário de mil euros tem uma redução fiscal de 2,1%, com esta proposta a redução é de 18,8%. Um salário de 2500 euros, com a proposta do Governo a redução é de 3,3% e com esta proposta a redução é de 6,8%.

Maior justiça fiscal implica também que os rendimentos de capital e de património sejam tributados adequadamente e não a taxas inferiores às dos rendimentos de trabalho a partir do 5.º escalão.

Assim, fazendo o englobamento obrigatório de rendimentos de capital e de património a partir do 9.º escalão, o que corresponde a rendimentos superiores a 81 mil euros, o agravamento da taxa no 9.º escalão e a criação do 10.º escalão do IRS para rendimentos superiores a 250 mil euros, e o fim do regime dos residentes não habituais, introduzem mais justiça fiscal e permitem o aumento de receita, essencial para permitir baixar os impostos a quem precisa e, ao mesmo tempo, garantir os recursos para a proteção social, a saúde, a educação, a habitação, a cultura, o investimento público.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua declaração que se transcreve integralmente.

“DECLARAÇÃO

Em Abril assinala-se o mês da prevenção dos maus tratos na infância.

Segundo informação da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens a campanha é simbolizada pelo Laço Azul, e é divulgada por todo o território através da realização de numerosas ações de prevenção contra maus-tratos.

Quando falamos em maus-tratos na infância falamos de negligência, violência de cariz sexual, agressões físicas ou psicológicas que podem ocorrer de forma presencial ou nas redes sociais.

Os números de processos que foram iniciados de promoção e proteção, preocupanos e é preciso intervir e sinalizar precocemente, envolver a comunidade de forma a identificar de forma célere as crianças, vítimas destas agressões.

Só com estratégias de rápida intervenção evitamos que a violência se prolongue e se transmita de geração em geração.

Apoiar as famílias numa ótica de parentalidade positiva será, também, fundamental para ultrapassar este problema.

Há que apostar na prevenção.

Não basta iluminar de azul os edifícios públicos.

Por isso, não tenham medo de sinalizar situações à Comissão Proteção Crianças e Jovens, podendo fazê-lo de forma confidencial.

As crianças e jovens merecem que haja alguém que as proteja e todos temos que contribuir para a sua proteção.”

Posteriormente deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte e ao seu Executivo pela forma como tinham decorrido as festas, tendo as mesmas corrido bastante bem, o que tinha dignificado o concelho de Belmonte.

Aludiu que também tinham visto ontem, o camião da SIC a ir às freguesias do concelho, sendo que também tinha dignificado o concelho.

Asseverou que não poderia deixar de referir o dia mais simbólico que era o dia 26 de abril, da Sessão Solene, onde tinham tido a presença do governo através do Senhor Secretário de Estado, onde também tinham estado os representantes do poder legislativo com a presença dos quatro Deputados do círculo do distrito de Castelo Branco,

o poder autárquico, representado pelos Presidentes de Câmara, os Presidentes das CIM'S, o poder militar pelo seu 2º Comandante da GNR de Castelo Branco e da parte religiosa, com a presença do Senhor Bispo e dos dois párocos de Caria e Belmonte. Logo pensava que tinha sido um Dia do Concelho que tinha dignificado o concelho e a região, sendo que o concelho de Belmonte estava de parabéns.

Relembrou que tinha existido eleições no dia 10 de março de 2024 e que o governo tinha mudado, tendo parabenizado as três pessoas do distrito de Castelo Branco que faziam parte do atual governo, sendo elas a Senhora Ministra da Administração Interna, a Senhora Secretária de Estado da Igualdade, Carla Cruz, e o Senhor Pedro Dias que sendo do desporto e apesar de não ser do distrito de Castelo Branco, tinha ligações à cidade.

Frisou que todos sabiam que se tinha andado e que se continuava a lutar pela eliminação das portagens na A23, esperando assim que o governo do Partido Social Democrata, que não tinha no seu programa a eliminação das portagens, mas que os seus membros nomeadamente a Senhora Deputada pelo distrito de Castelo Branco tinha dito publicamente que era a favor da eliminação das portagens. Esperando assim que a Senhora Deputada se juntasse aos outros Deputados das outras forças políticas para que a eliminação das portagens não fosse apenas uma miragem, mas sim um dado assente.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quais é que tinham sido os eventos das Festas do Concelho que tinham sido integrados nas Comemorações do Centenário da vila de Caria. É que pensava que desde o mês de fevereiro que tinham pedido apoio e tinham feito várias tentativas de reunião e que até à data, que nada. Mencionou que tinham tido o cuidado de fazer o convite a todo o Executivo da Câmara Municipal e que até à data não tinham obtido resposta, pois estava curioso para saber qual é que era o evento que iria cativar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a fazer uma visita a Caria.

Relembrou que desde que tinham tomado posse só tinha sido feita uma visita a Caria em março de 2022.

Seguidamente deixou um desafio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, de se fazer um evento que fosse do agrado do Senhor Presidente para que o mesmo pudesse estar presente, sendo que a Junta de Freguesia de Caria estava disponível para isso.

Aludiu que parecia que tinha havido fumo branco, pois tinham tentado várias reuniões e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava sempre indisponível. Todavia, parecia que agora havia uma possível data, esperando assim que fosse desta.

Mencionou que os assuntos que estavam para resolver não eram problemas seus, mais sim da freguesia, portanto esperava pelo menos que desta vez houvesse disponibilidade para reunir com eles.

Em relação à atribuição da medalha do centenário, aludiu que em nome de todos os Carienses agradecia a condecoração atribuída no dia 26/04/2024.

Salientou que neste ano de 2024, mais propriamente no dia 19/12/2024, celebrava-se o centenário da elevação de Caria a vila, sendo este um marco histórico para a vila e que também deveria ser para o concelho. Distinção esta lançada com muito mérito e que enchia todos os Carienses de orgulho.

Relembrou o Executivo da Câmara Municipal de Belmonte, que a valorização dos Carienses deveria ser feita ao longo do ano, nas atitudes e expediente do dia a dia.

Asseverou que esta medalha não fazia esquecer os boicotes, as portas fechadas, o desrespeito, que não o atacavam a si diretamente, mas sim às pessoas a quem representava. Esperando assim, que essa condecoração fosse um ponto de viragem nas relações futuras.

Friso que em ano dos 50 anos do 25 de Abril, era bom lembrar Zeca Afonso “em cada rosto igualdade”, pois era Cariense e iria estar sempre ao lado de todos aqueles que acreditavam nele, uma vez que Caria tinha usado marcar pela diferença e ao que parecia teria de pagar por isso. Mas como já tinha dito por diversas vezes, encaravam sempre as dificuldades com um sorriso no rosto.

Posteriormente referiu que deixava duas questões para o Senhor Presidente da Câmara Municipal refletir.

- Qual o significado para ele da atribuição desta condecoração a Caria? Pois não seria também lógico estar ao lado deles quando precisavam, independentemente da cor política, pois nunca se devia deixar os nossos para trás.

Aludiu que o centenário era um marco histórico e que tinha um significado muito especial para a vila de Caria, mas como também já dizia a história, tinham chegado até aqui por mérito próprio e com gente de garra e luta.

Mencionou que mais uma vez agradecia a condecoração e muitos parabéns pelo centenário.

Informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que tinha referido na última Sessão de Assembleia Municipal em que o Senhor Presidente não tinha estado, mas que tinha tido o cuidado de pedir para que lhe dessem conhecimento, que era preciso deixar de lado as cores partidárias ou a simpatia por quem dirigia a Junta de Freguesia, sendo que também já lhe tinha feito a proposta e que voltava novamente a fazer-lhe, caso o entendesse que não tinha tempo, agenda ou até mesmo paciência para reunir com o Executivo da Junta de Freguesia de Caria que delegasse noutra pessoa, mas que os assuntos não se podiam arrastar meses, pois estavam disponíveis a isso e não tinham dúvidas que têm sido mais produtivas.

Para terminar, questionou qual é que era o ponto de situação dos trabalhos que tinham sido referidos no comunicado da Câmara Municipal de Belmonte, no dia 07/02/2024, relativamente à reparação da estrada das Ferrarias, da substituição da conduta da água de abastecimento a Malpique e da estrada de acesso a Malpique. Pois

não sabia se o próprio se tinha enganado a ler o comunicado, se tinha havido alguém que se tinha enganado a escrever, pois por aquilo que via tinha existido um lapso por parte da Câmara Municipal, ou tinha sido só para contrapor aquela ação que tinham tido para reivindicar aquilo a que tinham direito.

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes

No que diz respeito ao Plano de Recuperação Turística distribuído na última sessão, refere na sua metodologia, a entrega do relatório final modelos de acompanhamento/ monitorização e avaliação a data de outubro de 2022. Ou seja, o plano entregue em 2024 definiu todas as suas linhas estratégicas de ação com data de início implementação em 2023, e assim consideramos que as metas definidas para 2027 estão comprometidas. Damos como exemplo a ferramenta contida no anexo D - Indicadores que devem ser considerados a monitorizar em 2023, deduzimos que não tenham sido monitorizados.

Das 16 linhas estratégicas de ação 6 tinham calendarização apenas para 2023 e 2024, nomeadamente as linhas estratégicas de ação - sensibilização da importância do turismo a residentes, - criação de um código de boas praticas de turismo para o concelho de Belmonte, - monitorizar a atividade turística e promover a sua divulgação - capacitar os agentes turísticos e a comunidade para a temática de sustentabilidade - melhorar a adaptação turística, - melhorar adaptação turística revitalizando a oferta turística. Uma vez que não foram concretizadas comprometem toda a aplicação do plano e de todas as linhas de ação consequentes.

Numa leitura atenta do plano, conseguimos perceber que a Empresa Municipal foi apenas ouvida numa reunião com o objetivo da auscultação dos agentes acerca da sua perceção quanto á atividade turística. Foram 18 os intervenientes, os quais não são descritos, mas que se dividem entre alojamento, restauração e associações. Ou seja, a importância/relevância que é dada à Empresa Municipal é a mesma que é dada ao proprietário de um alojamento.

Como é possível um Plano de Recuperação Turística não aproveitar o saber fazer de uma empresa municipal que decerto é detentora de informação privilegiada uma vez que decorre do seu campo de ação. É no mínimo questionável a falta de colaboração ativa!!!! Referimos várias vezes que a duplicação de papeis entre Câmara Municipal e Empresa Municipal não é benéfica sequer para uma gestão eficaz dos recursos humanos muito menos para uma gestão económica dos recursos disponíveis.

O plano apresenta um enquadramento estratégico a nível internacional/ nacional e intermunicipal e não o faz ao nível municipal com referência à Empresa Municipal é no mínimo questionável.

Tanto quanto nos recordamos, este, não é o primeiro Plano de Recuperação Turística em Belmonte, e por isso a sua não referencia na caracterização e diagnóstico do concelho, como ponto de partida é no mínimo digna de registo. Teria sido de todo vantajoso fazer um balanço da aplicação do anterior em termos de metas traçadas e conseguidas. Pedíamos acesso a esse documento por favor.

Para a definição do perfil do turista – verificamos que o estudo decorreu por meio de inquérito aos visitantes no período de abril a junho ou julho de 2022 (uma vez que em páginas diferentes do plano são indicadas datas de realização diferentes), e que a amostra tida em conta foi de apenas 47 inquéritos dos quais 21,3 % tinha como objetivo principal da viagem a visita a familiares.

Tendo em conta que este documento tem como objetivo promover a sustentabilidade no turismo, capacitar e sensibilizar os agentes locais para a melhoria contínua, promover o destino e fomentar o aumento do número de turista, não nos parece que a amostra recolhida permita uma caracterização necessária do perfil de turista. Ainda assim ficamos surpreendida pelos 6% dos turistas que utilizam a bicicleta como meio de transporte a utilizar em Belmonte.

Para terminar apenas salientar que este Plano de Recuperação Turística diz-se um instrumento de apoio á decisão local sendo todas as ações da competência da camara municipal e que devem envolver a comunidade local, aguardamos com expectativa as decisões tomadas com base neste plano.

Consideramos ainda existir lacunas no que há mobilidade diz respeito quer na visita a Belmonte, quer aos restantes locais do concelho e na não inclusão de propostas concretas e diferenciadas de valorização dos diferentes espaços museológicos e outros pontos de referência do concelho.”

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidadãos e Público que assistem a esta reunião, e muito especialmente aqueles que gostariam de estar a assistir a esta Assembleia Municipal através dos meios áudio visuais, mas não podem porque o PS de Belmonte não quer.

Relativamente às festas do concelho de Belmonte que ontem findaram, faço uma apreciação global positiva, destacando-se o dia 24, com um magnífico concerto comemorativo do 50 anos do 25 abril pela Escola de Música do Centro Cultura Pedro Álvares Cabral, dia 25 Abril com a habitual Sessão Solene, e obviamente não podia deixar de assinalar a Procissão em Honra da Nossa Senhora da Esperança que ao passar dos anos traz cada vez mais gente a Belmonte. Dia 26, o dia do nosso concelho, com a presença de diversas entidades convidadas, principalmente a presença de todos os

deputados eleitos pelo Distrito, que são os nossos representantes na Assembleia da República, e ainda a inauguração do Centro Interpretativo da Torre de Centum Cellas. Obra essa que muitas dúvidas suscitou junto da população, quanto aos trabalhos efetuados, tendo responsáveis técnicos da obra esclarecido a população dos materiais e técnicas utilizadas na intervenção à torre e área circundante com valor arqueológico. Mas em relação a esta obra, a dúvida que subsiste é o elevado custo financeiro. 893 mil € (incluindo Iva) é de facto um valor que mesmo tendo em conta a inflação dos últimos anos, nos parece exagerada. É evidente que as empresas que efetuam estas obras relacionadas com a área arqueológica, no mínimo aproveitam-se da posição de vantagem. Ainda mais porque apenas uma empresa concorreu à obra. Ou seja, aqui quem manda no preço não é dono de obra, mas sim o fornecedor do serviço. Ainda relativamente a esta obra questiono se houve trabalhos a mais, e o seu respetivo valor.

Ainda relativamente às festas do concelho solicito ao Sr.º Presidente da Câmara os seguintes esclarecimentos:

Ponto n.º 1 – Motivo da contratação, a 23 Abril 2024, da empresa Radiant Record Lda. para Aquisição de Serviços “RYDERS técnicos de som e luz -Festas do Concelho/2024” pelo valor de 26.500€ + serviço de decoração e estrado à empresa Saraiva e Bernardo Lda. por 9.998€, em 18 de Abril 2024 totalizando 36.498€ estas duas contratações,

Quando em 2023 foi contratado à mesma empresa Radiant Record Lda. a Aquisição de Serviços de palco, luz e som para as festas do concelho – 2023 por 14.500€.

Aparentemente parecem os mesmos serviços, mas este ano por mais do dobro do valor. Solicito por isso os seus esclarecimentos.

Ponto n.º 2 – Custo total com as Festas do Concelho de Belmonte quanto às contratações de grupos e artistas.

Ponto n.º 3 – Número de entradas e valor arrecadado com a venda de bilhetes para os concertos.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores funcionários, Senhoras e Senhores Jornalistas, caros Concidãos.

Na semana passada comemoraram-se os 50 anos da Revolução de Abril de 74. 50 anos volvidos, esse espírito de abril tem de ser aprofundado nesta Assembleia. Não bastam as cerimónias comemorativas, com alguma pompa e muita circunstância. É necessário cumprir o que aqui foi aprovado e permitir aos concidadãos que acompanhem, onde quer que seja, o debate que acontece na casa da democracia. Sr. Presidente, continua por cumprir o que aqui foi aprovado sobre as transmissões online.

Perdeu-se mais uma oportunidade, desta vez numa data de excelência, nos 50 anos do 25 de abril.

Ainda sobre a semana passada, na sexta-feira, dia 26, foi finalmente inaugurada uma obra, que pese embora ainda não estar totalmente concluída, é uma obra importante no concelho. Sim, quem há três anos recorda repetidamente a escassez de concretização, a falta de obra no concelho, não poderia ter outra atitude que não agora, congratular a Câmara Municipal de Belmonte por ter finalmente conseguido entregar esta recuperação da Centum Cellas ao Colmeal e ao Concelho. Foi um momento feliz, que espero que se repita mais vezes porque o que conta é o concelho, são as condições de vida das pessoas, e não seguramente quem concretiza as obras.

Mas Sr. Presidente de Câmara, não posso deixar de lhe recordar que é importante garantir a sustentabilidade futura dos investimentos. É necessário criar procura para a Centum Cellas, de forma a garantir o aproveitamento do potencial desse monumento, na sua plenitude. A esse propósito, na sua apresentação não me pareceu haver uma estratégia específica para dinamizar esse investimento. Faço-lhe por isso duas questões. A primeira, que de resto surpreendentemente já fez o Sr. Presidente no local, não se sabe a quem quando a resposta deveria ser dada por si, e se vai estar alguém a tempo inteiro no Centro Interpretativo da Torre? Naturalmente quando este estiver pronto, que não é ainda o caso. A segunda pergunta é, o que prevê o Plano de Recuperação Turística para esta obra? Fica o desafio de aproveitar o Centro Interpretativo, como por exemplo aí adaptar uma esplanada exterior, concessionada, com o objetivo de aumentar o tempo de permanência dos turistas, mas também dos locais, nesse espaço com vista fantástica para a Torre. É certo que ouvi o seu desafio para um Restaurante no Colmeal da Torre. Agora imagine um restaurante com vista para a Imponente Torre, construído em conjunto com o Centro Interpretativo, e concessionado a privados.

Sr. Presidente, termino com um pedido de esclarecimento acerca da Rádio Caria. É público que a Mundial FM apresentou uma lista única candidata à Associação Cultural e Recreativa de Caria, proprietária da Rádio Caria. Gostaria que clarificasse qual foi o acompanhamento que a Câmara Municipal de Belmonte fez do processo. Foi assinado algum protocolo que garante o funcionamento da Rádio Caria num horizonte temporal mínimo? A decisão na Rádio é exclusiva da Mundial FM, ou algum agente local participa também nas decisões editoriais? Foi negociado algum contrato de publicidade da Câmara Municipal de Belmonte com a Mundial FM? Tanto quanto sei, o grupo é proprietário de várias rádios, pelo que pode ser um veículo de promoção do concelho de Belmonte.”

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores Autarcas

Exmos. Senhores Munícipes

Exm^a. Comunicação Social

Na sequência do requerimento apresentado nesta Assembleia Municipal em 28 de Fevereiro de 2024, recebi do Exmo. Senhor Presidente a informação solicitada.

Procedi à análise dos respetivos contratos, do seu início, da renda mensal e da respetiva caução, como se segue:

<i>ARRENDAMENTOS DO MUNICÍPIO</i>					
<i>ANO DE INICIO</i>	<i>DESTINO</i>	<i>RENDA MENSAL</i>	<i>ANUAL</i>	<i>CAUÇÃO</i>	<i>TOTAL</i>
<i>2022</i>	<i>RENDAS HABITACIONAIS</i>	<i>8 190,00</i>	<i>98 280,00</i>	<i>8 190,00</i>	<i>106 470,00</i>
<i>2019</i>	<i>ALDEIAS HISTORICAS</i>	<i>450,00</i>	<i>5 400,00</i>	<i>450,00</i>	<i>5 850,00</i>
<i>2015</i>	<i>ASSOCIAÇÃO M C BEIRA</i>	<i>400,00</i>	<i>4 800,00</i>	<i>400,00</i>	<i>5 200,00</i>
<i>2019</i>	<i>WIT</i>	<i>2 000,00</i>	<i>24 000,00</i>	<i>2 000,00</i>	<i>26 000,00</i>
<i>2020</i>	<i>CLDS4G</i>	<i>300,00</i>	<i>3 600,00</i>	<i>300,00</i>	<i>3 900,00</i>
	<i>SOMA ANUAL</i>		<i>136 080,00</i>	<i>11340,00</i>	<i>147 420,00</i>

Os custos anuais com os vários arrendamentos cifram-se em cerca de 136 080,00 euros a que acresce a caução inicial de 11 340,00 euros.

Tendo em consideração que existem arrendamentos desde 2015, 2019 e 2022, fácil será de deprender que o Município despendeu já com tais arrendamentos cerca de meio milhão de euros.

Permita-me então V. Ex^a. que coloque as seguintes questões:

Não poderia o Município ter providenciado a construção de imóveis próprios onde pudesse de alguma forma albergar os diversos serviços?

Não poderia o Município proceder à aquisição e reconstrução dos imóveis degradados para fins habitacionais de forma que fossem utilizados por estes habitantes flutuantes?

Tendo em consideração o pagamento de rendas para fins habitacionais a pessoas deslocadas para a empresa WIT, quais as vantagens daí resultantes quer para o Município, quer para os cidadãos em geral.

Tendo em consideração que algumas rendas habitacionais já foram denunciadas, essa situação prende-se com o abandono de algumas famílias?

Quando e como pensa V. Ex^a. por termo a esta situação de custos para o Município não produtivos?"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e agradeceu ao Senhor Deputado Luís António (PS), pelas palavras proferidas relativamente às Festas do Concelho.

Aludiu que pensava que as mesmas tinham tido a dignidade que deveriam ter e que tinham corrido bem.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, lembrou que estava agendada uma reunião com a Junta de Freguesia de Caria, para o dia seis de maio, logo quando dizia que não havia nada marcado não era verdade.

Mencionou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, tivesse a certeza de uma coisa, que o próprio o tratava com respeito e consideração, sendo que tratava toda a gente como achava que deveria tratar e como queria.

Asseverou que no dia 26/04/2024, o Município tinha atribuído a medalha de mérito a Caria, porque a vila de Caria tinha feito cem anos.

Aludiu que quem o tinha ouvido na sua intervenção na Sessão Solene desse dia, lembrava-se bem daquilo que tinha dito, de que saudava a população de Caria, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Engenheiro Silvério Quelhas. Portanto que não dissesse que havia falta de respeito e de consideração.

À Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), agradeceu as sugestões dadas relativamente ao turismo, pelo que iriam tentar pô-las em prática, pois era uma área que os preocupava, sendo que iriam ter em atenção as suas sugestões, uma vez que não eram especialistas nessa área. Frisou que realmente tiveram uma pessoa especialista nessa área que tinha trabalhado com eles e que iriam tentar trabalhar com essa pessoa novamente, assim como com as responsáveis do turismo.

Deu conhecimento que tinha tido a oportunidade da visita do Senhor Secretário de Estado do Turismo a Belmonte, onde lhe falou sobre esse tema, assim como à Senhora Vice-Presidente do Turismo do Centro, que também esteve em Belmonte.

Asseverou que era do conhecimento de todos que o turismo era uma das áreas mais importantes para o concelho de Belmonte e que se tinha de assumir como tal.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), informou que o valor pago pelo palco tinha a ver com os valores praticados no atual mercado.

Referiu que o palco deste ano era maior, que tinha tido uma decoração, que o som tinha sido de maior qualidade, porque tinha sido uma exigência feita pelo artista

principal e que o Município não tinha condições internamente para o fazer por isso adjudicou a essa empresa.

Relativamente ao número de entradas e ao valor arrecadado com a venda de bilhetes para o concerto, comunicou que até ao momento não tinha essas informações, mas sabia que tinha havido bastante gente no último dia da festa.

Frisou que as Festas do Concelho tinham corrido bastante bem e que no último dia/concerto tinha-se estimado a entrada de três mil pessoas.

Deu ainda nota que as Coletividades e Associações que tinham estado a explorar os Bares das festas terão tido receitas muito interessantes, tendo em conta as dificuldades em se ter receitas.

Em relação ao investimento feito em Centum Cellas, informou que tinha havido trabalhos a mais, sendo que o que tinha tornado a estrutura mais cara tinha sido aquele investimento em carbono, uma vez que isso era caríssimo, mas que era necessário.

Asseverou que não se podia correr o risco de a Torre se arruinar e que a mesma já o estava, o que era lamentável, pois não era à Câmara Municipal que cabia a obrigação de recuperar o imóvel, pois o imóvel é nacional. Logo quem tinha a obrigação de o recuperar era o Governo.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), informou que a dinamização de Centum Cellas era de uma importância extraordinária para o Executivo, sendo que estava convicto que cada vez mais havia interesse em a conhecer, tendo em conta as suas especificidades.

Aludiu que se teria muito a ganhar, ao mostrar as várias teorias que existiam sobre a Torre de Centum Cellas, estando estas lá bem evidentes e com umas explicações maiores, não podendo ser as mesmas gratuitas, pois quem tivesse interessado poderia comprar para poder ver.

Salientou que se tinha de se dinamizar e divulgar o mais possível a Torre, assim como tirar todo o proveito, tendo em conta o investimento que tinha sido feito.

Referiu que era claro que se iria ter uma pessoa a tempo inteiro, sendo que havia quem defendesse que uma pessoa apenas não chegava, assim como se iria começar a cobrar as entradas a quem visitasse o espaço.

Asseverou que existia a possibilidade de se colocarem uns torniquetes à entrada mas, para já, não se iriam cobrar entradas, mas que iria estar já lá alguém no espaço.

Mencionou ainda que esperava que dentro de quinze dias o mobiliário já lá estivesse e ficasse tudo concluído.

Seguidamente questionou se tinham visto o filme. Frisou que não tinha gostado do mesmo, pois só tinha uma teoria. Tendo em conta que existiam quatro ou cinco teorias, era obvio que se teria de falar de todas elas.

Aludiu que o mistério tinha de fazer parte do produto, sendo que tornava o mesmo mais atrativo, sem o descaracterizar.

Salientou que pretendem manter as pessoas por mais tempo nos monumentos, e que as mesmas fossem a Caria, pois Caria tinha muita coisa para ver.

Referiu que havia muitas coisas interessantes nas Inguias, em Carvalhal Formoso, no Colmeal da Torre e em Maçainhas e tentar ver se o turista em vez de cá estar 1,2 dias, pois de média 1,2 já era muito, eram os números que lhe davam logo tinha de acreditar neles, pelo que era excelente se ficassem duas noites. Esperava assim que se conseguisse, pois com as paisagens que se tinham que eram muito bonitas.

Frisou ainda que também deveríamos ser atrativos para empresários que quisessem investir na restauração e na hotelaria.

Deu conhecimento que no dia 26/04/2024, tinha cá estado um grupo de representantes de empresários, mas que estava um pouco traumatizado com os “suíços”, que tinham cá estado e que tinham apostado muito neles, sendo que as coisas não tinham corrido tão bem como era o pretendido.

Referiu que estávamos em territórios de baixa densidade e que sempre tínhamos sido abandonados pelos vários governos pelo que até achava uma certa graça quando os mesmos diziam que se tinha de fazer alguma coisa pelo Interior.

Asseverou que acredita que o nosso Interior tem futuro, assim como o concelho, uma vez que o mesmo tem todas as potencialidades, devido à sua situação geográfica e às suas características para ser um concelho que vale a pena e que possa ser um caso de estudo quer no turismo quer em outras áreas

Mencionou que nunca tinha pensado no facto de poder existir um restaurante ao lado do Centro Interpretativo de Centum Cellas todavia se houvesse alguém que desafiasse o Município, a fim de lhe arranjar um terreno ou um espaço com o intuito de o lá construir, o Município estaria disponível para os ajudar.

Deu nota de que os empresários que cá tinham estado estavam dispostos a apostar na hotelaria e que queriam um espaço que estava abandonado, junto ao rio, que já tinha sido uma praia fluvial, sendo que o mesmo tinha de ser recuperado.

Para terminar, frisou que tinha tido muita pena de um projeto bonito que tinham para Caria, sendo que o mesmo tinha “morrido um pouco”, contudo ainda iam a ver se o proprietário voltava novamente a pegar nesse projeto, pois era um hotel de charme, uma vez que Caria precisava desse tipo de estruturas.

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e referiu que em relação à ata de 21 de dezembro de 2023, tinha solicitado na

Sessão anterior da Assembleia Municipal, um pedido de alteração à ata, sendo que esta semana lhe tinha sido respondido que tudo o que estava perceptível na audição aparecia na ata. Tendo seguidamente questionado se tudo o que falavam nas Sessões era gravado ou não, e se lhe podiam facultar a gravação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e aludiu que já lhe tinha sido respondido por escrito e que as gravações apenas serviam para auxiliar o secretariado, pois as atas substituíam a gravação.

Mencionou que a ata deveria ser um resumo daquilo que tinha sido dito e o mais importante de uma Sessão de Assembleia Municipal

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, retomou a palavra e questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se as ofensas não eram importantes? Ou se só aparecia aquilo que provavelmente convinha.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou novamente a palavra e relembrou que a ata de dezembro tinha sido aprovada na última Sessão de Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não levasse a mal as palavras que tinha proferido sobre respeitar a Câmara, pois o que tinha sido proposto por um Senhor Deputado legitimamente eleito, tinha sido o acesso à gravação, só apenas isso é que tinha sido proposto, por isso que não houvesse confusão.

Para terminar questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quando é que fazia aprovar o regulamento para as transmissões online, pois tinha sido isso o aprovado.

Sobre as transmissões o Senhor Presidente informou que não tinha mais nada a acrescentar a tudo o que já tinha sido dito sobre o assunto.

Seguidamente passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **18** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **1** abstenção da Senhora Deputada Carla Marina Ascensão Cruz (PS), por não ter estado presente na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 28 de fevereiro de 2024.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que tinha de acrescentar mais umas informações aquela que tinha sido apresentada.

Referiu que a presente informação não fazia referência à intervenção feita da ligação da água na estrada entre o Monte do Bispo e Peraboa, sendo que já se tinha feito essa promessa à população.

Aludiu que essa conduta de água não tinha sido feita até às casas, porque não era possível, mas sim na estrada.

Mencionou que a conduta da água tinha sido feita com a “prata da Casa”, ou seja, com o pessoal da Câmara Municipal de Belmonte, com os equipamentos da Câmara, pelo que estavam muito satisfeitos, pois tinham poupado uns milhares de euros.

Informou que aquando da deslocação ao terreno, tinha visto que os funcionários estavam a fazer esse trabalho com alegria

Asseverou que a obra ainda não tinha sido começada, contudo a mesma já tinha sido adjudicada a fim de tapar os buracos.

Deu conhecimento que a ligação de água iria ser feita e que se iria avançar com o alcatrão.

Referiu que estava praticamente concluída a nova conduta para a Estação de caria e Malpique.

Por fim, informou que já se tinham feito os convites para a pavimentação de Malpique e para a rede de água.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sobre a situação da Rádio Caria

A CDU tomou conhecimento que se complementarão em 30 de Abril 3 meses de salários em atraso aos trabalhadores da Rádio Caria.

Sem ignorar as dificuldades com que se debatem as rádios locais, neste caso em particular, o que chegou ao nosso conhecimento foi que esta é uma situação que decorre do abandono a que durante anos a fio votada pelos seus dirigentes, apesar dos reiterados esforços desenvolvidos pelos trabalhadores que foram aguentando uma situação que se tornou insustentável!

As rádios locais prestam importante serviço público que é necessário defender porque são um dos pilares da Democracia e do esclarecimento informado da população, cabendo ao Estado a obrigação de as apoiar garantindo uma informação plural e isenta.

Recentemente, foi tornada pública uma entrevista do atual proprietário da Rádio Caria na qual se compromete a tomar medidas para a reabilitação deste órgão de comunicação social local.

O que não se compreende e é inaceitável é, como os trabalhadores continuam com salários em atraso quando esse teria de ser o primeiro problema a resolver.

Pode até ter as melhores intenções e os melhores meios materiais, mas, sem recursos humanos não haverá forma de colocar fim aos problemas que se arrastam.

Há, pois, legitimidade para pensar que, tal como este investidor não cumpriu no passado as suas promessas na Rádio Clube Covilhã, o mesmo possa suceder agora!

Em face desta situação, a CDU questiona o Senhor Presidente:

Quais as iniciativas que tomou ou pensa vir a tomar para salvaguardar a continuidade do funcionamento desta rádio e a rápida regularização dos direitos laborais de todos os seus profissionais?

Sobre o Jardim de Infância do Carvalhal

É frequentado apenas por quatro crianças, uma delas com necessidades educativas especiais.

Esta última, em especial, muito bem-adaptada ao espaço, que tem todas as condições para o seu bom desenvolvimento, e no qual a criança tem mostrado grandes melhoras.

Como se vai fechar a escola com esta criança perfeitamente adaptada ao meio? Quais são as alternativas?"

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse um esclarecimento sobre a rádio Caria, assim como também das outras questões se assim o entendesse que tinham ficado por responder, nomeadamente as do Senhor Deputado Acácio Dias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), que relativamente ao Jardim de Infância do Carvalhal Formoso, a Câmara Municipal de Belmonte, tinha transmitido aos responsáveis da área da educação e que os mesmos tinham dito que tanto o Jardim de Infância do Carvalhal Formoso como o do Colmeal da Torre, iriam encerrar pois não se justificava manterem-se abertos.

Deu nota, que o Jardim de Infância do Colmeal da Torre iria encerrar, pois os pais tinham aceitado e que as crianças seriam transportadas para Belmonte.

No que concerne ao Carvalho Formoso, aludiu que existia uma criança com problemas, sendo que a mesma estava a melhorar imenso, porque estava no Jardim de Infância do Carvalho Formoso.

Informou que o que estava definido era que o Jardim de Infância do Carvalho Formoso, iria estar a funcionar até ao final deste ano letivo e que para o próximo ano iria encerrar. Todavia, o que tinha ficado decidido com os pais das crianças do Jardim de Infância do Carvalho Formoso, é que se o Ministério não cumprisse ou se não mudasse de opinião relativamente ao encerramento do Jardim de Infância, a Câmara Municipal, iria contactar a escola e assumiria a responsabilidade de manter o Jardim de Infância aberto durante um ano, e que iria suportar os custos.

Relativamente à rádio Caria, aludiu que tinha tido um encontro com o Senhor Nuno Soares, e que tinha visto o curriculum daquele grupo, sendo que era um grupo de rádios. Tal como o Senhor Deputado António Marques, tinha referido há instantes e que o próprio também já tinha pensado poderia ser para o Município interessante, pois iriam falando do concelho. Asseverou que o Senhor Nuno Soares, lhe tinha comunicado que era isso que iria acontecer, assim como iria assumir as responsabilidades todas. Contudo estava um pouco apreensivo ao ver que ainda não tinha cumprido com as obrigações.

Mencionou que tinha pedido pelos dois funcionários ao Senhor Nuno Soares.

Deu nota que não tinha dito nas Sessões de Assembleia Municipal, mas que tinha dito em reuniões de Câmara e publicamente que queria saber qual é que era o projeto que vinha de lá, porque se não, nem que a Câmara Municipal tivesse de assumir os seus compromissos, mas que se tinha de encontrar uma solução, pois a rádio Caria não poderia fechar.

Asseverou que tinha achado que esta situação era boa, apesar de estar um pouco apreensivo, pois o Senhor Nuno Soares, tinha garantido que os funcionários eram para continuar.

Informou que o tinha convidado para estar presente no dia 26 de abril, tendo o mesmo lhe comunicado que não poderia estar, mas que tinha ficado combinado virem a dialogar para poderem ver quais é que poderiam ser os acordos que se poderiam fazer, mas que gostariam de dar prioridades aos nossos anúncios e à publicidade.

Referiu ainda que também tinha ficado combinado de se falar mais e de se ter documentos concretos, mas que ainda não tinham os mesmos.

Seguidamente, prometeu que iriam estar atentos a esta situação.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e relativamente à rádio Caria, referiu que o Município deveria estar atento a esta situação, pois esta entidade também não tinha pago os vencimentos aos funcionários da rádio clube da Covilhã.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e em relação às rendas e pagamentos, informou o Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), que realmente tinham tido muitas rendas, mas que tinham a necessidade de apostar.

Relembrou que o governo tinha criado a possibilidade de existir financiamento no PRR da Europa e financiamentos próprios do governo para a habitação, pelo que esperava que o atual governo ainda viesse a melhorar as condições que existiam do anterior governo, estando assim o Município a apostar forte na habitação. Logo esperava assim ter habitação.

Relembrou que a empresa Wit continuava discretamente a trabalhar por cá.

Deu conhecimento que existiam mais empresas que queriam trabalhar no espaço que tinham criado do Cowork.

Aludiu que se deveria ter a certeza de uma coisa. Só se conseguiria ter cá empresas se tivéssemos mão de obra e que a mão de obra ou nós a tínhamos ou eram eles que a traziam. Logo, teríamos de ter condições para os cá ter, se não, não os tínhamos.

Mencionou que têm vindo várias empresas que pretendem sedear-se em Belmonte, mas que não estavam a conseguir arranjar mão de obra, sendo este o problema mais grave.

Referiu que o Município de Belmonte, estava a tentar arranjar outras soluções.

Informou que o Município tinha voltado novamente a fazer a candidatura para a ERPI de Caria.

Transmitiu que o Município já tinha assinado o contrato com o IHRU, relativamente às nove casas que tinham, e que a escritura tinha sido feita no dia 24 de abril de 2024.

Asseverou que iriam avançar com a recuperação das escolas de Malpique, da Gaia, da Quinta da Pimenta e de uma casa em Caria que pertencia ao Município. Frisou que para além destas nove casas iriam recuperar mais cinco.

Deu nota que tinham um sonho, que era o de criarem oitenta e cinco casas o mais rápido possível, através dos fundos do IHRU, que estavam previstos, sendo que o que estava previsto é que as casas estivessem concluídas até junho de 2026.

3.3 - Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2023 do Município de Belmonte

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de abril de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“2.) MUNICÍPIO DE BELMONTE – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 2023

Foi presente à reunião de Câmara, o Relatório de Gestão e Conta de Gerência referente ao ano de 2023, sobre o qual foram tecidas algumas considerações e prestados alguns esclarecimentos sobre a referida conta.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e salientou que o Relatório de Contas estava bem elaborado e espelhava a gestão do Município durante o ano de 2023. Salientou ainda de positivo haver equilíbrio entre as receitas e as despesas, assim como mais uma vez se reduziu ao valor da dívida o montante de 579.220€, assim como também os valores com os custos com o pessoal tinham sido inferiores ao ano anterior.

Aludiu que não poderia votar favoravelmente este Relatório de Atividades e Contas, porque não se revia no tipo de gestão implementado pela maioria, em particular com os recursos humanos. Assim declarou que o seu voto seria a abstenção.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, José Mariano, tomou a palavra e referiu que uma grande parte do bolo do Município ia para os trabalhadores. Todavia partilhava da mesma opinião do Senhor Vereador Carlos Afonso, pois também achava que havia recursos humanos que não estavam a ser aproveitados devidamente, sendo que até se tinha recursos humanos a mais em algumas áreas. Por isso iria-se abster.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente e a abstenção do Senhor Vereador José Mariano e do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 76º da Lei 73/2013, aprovar os documentos do Relatório de Gestão e Conta de Gerência 2023, bem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 23 de abril de 2024. -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Pese embora o fato de ser o documento mais importante que hoje esta Assembleia tem para analisar e discutir, não irei tomar a V. Exas. muito tempo com a sua apreciação, uma vez que a nossa bancada demonstrou durante o ano de 2023 quase na generalidade a discordância com as atitudes de gestão tomadas pelo Executivo Municipal.

Recebemos documentação pormenorizada da gestão Municipal, o que nos apraz registar; salienta-se o equilíbrio financeiro entre receita e despesa orçamentada, bem como a redução da dívida, mas à custa da cobertura das necessidades dos Municípios e da ausência de investimento, como são exemplo, as degradadas vias de comunicação, a rede de abastecimento de água, o estado de conservação de alguns edifícios escolares ou do centro de saúde, ou ainda a falta de segurança contra incêndios nos diversos edifícios públicos. Não há no entanto equilíbrio entre a despesa e o rendimento como veremos na demonstração de resultados.

Analisando a demonstração de resultados por natureza, constatamos que os custos com pessoal ascende a dois milhões setecentos e trinta mil euros o que representa mais de cinquenta por cento dos subsídios correntes recebidos. Tal investimento em capital humano, que não em serviços externos, causa-nos algum desconforto.

Relativamente à conta Fornecimentos e Serviços externos, no montante de três milhões duzentos e dezassete mil euros, é igualmente uma verba preocupante. Dado que não foi possível analisar discriminadamente este item, presumimos que integra os trabalhos especializados bem como os honorários (vulgo recibos verdes) o que agravará os custos com pessoal. Será talvez um espelho de que não estão a ser devidamente rentabilizados os recursos humanos internos, recorrendo a prestação de serviços externos.

Do referido documento consta uma receita de um milhão quatrocentos e quinze mil quinhentos e oitenta e seis euros com a discriminação «Outros Rendimentos»; Não está devidamente explicitado qual a origem deste rendimento.

Em conclusão, verificamos que o Município continua a apresentar sucessivamente prejuízos, não havendo, portanto, equilíbrio entre as receitas e as despesas e assim, o prejuízo apresentado é de um milhão trezentos e noventa e dois mil euros, aproximadamente o dobro do prejuízo apresentado no ano transato.

Relativamente ao Balanço, constatamos que no que se refere ao ativo corrente, houve uma diminuição de cerca de quinhentos e noventa mil euros, o que possivelmente demonstra um maior cuidado nas dívidas a receber de clientes.

Quanto ao passivo não corrente (dividas a medio longo prazo) houve uma redução de cerca de duzentos e doze mil euros, enquanto no passivo corrente (dividas a curto prazo) houve um acréscimo de cento e quarenta e cinco mil euros.

Pelo que fica demonstrado através da documentação recebida, a gestão do nosso município carece ainda de aturada atenção para que possa haver desenvolvimento sustentado para o futuro.”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Estamos perante um documento técnico que espelha com o rigor necessário, aquelas que foram as contas do Município de Belmonte, relativamente ao ano 2023.

A aplicação do Sistema Normalização Contabilística-AP e a realidade evidenciada pela Norma Contabilística Publica -Contabilidade de Gestão, aplicada aos Municípios, permite-nos através da reclassificação dos gastos de uma forma mais clara por funções, atividades programas e objetivos ter uma visão mais clarificadora e compreensível, sobre a eficiência e eficácia das políticas públicas, salvaguardando que as decisões políticas, são tomadas com um conhecimento mais objetivo da realidade económico-financeira do Município.

Nesse sentido, deixo uma palavra de apreço para quem coordenou a elaboração do relatório, pelo empenho evidenciado e que através da recolha de elementos, do tratamento dos dados contribuíram para a elaboração deste documento, tornando-o no documento de prestação de contas completo.

Enquanto documento técnico que é, deve a prestação de contas merecer uma análise criteriosa no sentido de enquadrar todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano, permitindo a quem o lê obter respostas concretas, objetivos, rácios e análise de desempenho político financeiro.

Enquanto representantes políticos, cabe-nos fazer a análise política do mesmo, nomeadamente relativamente àquelas que foram as opções ou as escolhas políticas que balizaram o mesmo.

Na sequência da estratégia definida nas Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados para o ano de 2023, o executivo tomou as medidas necessárias, com vista à execução dos projetos e ações inscritos naqueles documentos.

Para uma análise objetiva aos resultados da gestão e ao impacto dos mesmos na evolução do concelho, nas suas instituições e nas condições de vida dos cidadãos, importa ter presente quer os objetivos traçados, quer os eventuais condicionalismos que, sempre, se colocam ao longo da execução anual. A ação desenvolvida no ano transato, mostra-se em linha com os grandes objetivos traçados desde o início do mandato autárquico e vem materializando os compromissos assumidos com a população.

As exigentes condições impostas pelos diferentes condicionalismos do Município, e o contexto económico do País, determinaram, decisivamente, quer as prioridades, quer o grau de realização anual dos diversos projetos e atividades planificadas.

O realismo, o rigor e a objetividade dos documentos previsionais aprovados estão agora bem patentes nos resultados enunciados nos vários aspetos.

Depois da análise do Relatório de Gestão e Documentos de prestação de contas de 2023 e analisado o parecer do revisor oficial de contas, acreditamos que o mesmo reflete de forma factual as contas do Município a 31 de dezembro de 2023.

Assim, e face ao exposto, votamos a favor, dos documentos apresentados de Prestação de Contas referentes ao exercício económico de 2023.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Relatório e Conta de Gerência 2023

A apresentação do Relatório de Gestão e Contas do Município serve, invariavelmente, para fazer um balanço da capacidade de gestão e de concretização de quem está à frente dos destinos da Câmara Municipal.

Ora, o que se verifica uma vez mais é que a execução orçamental ficou claramente abaixo do inicialmente orçamentado, piorando mesmo o que aconteceu em 2022, registando-se uma diferença de mais de 3 milhões e 800 mil euros nas receitas e 3 milhões e 900 mil nas despesas, redução que é particularmente expressiva no campo das despesas de capital, com menos 3 milhões e 200 mil face ao inicialmente previsto, significando assim, de novo, que aquilo que foi prometido ficou uma vez mais por concretizar, como comprova a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos - 44,30%, um valor inferior em 3 pontos percentuais ao de 2022.

O resultado líquido voltou a piorar de forma significativa, subindo mais 677 mil euros face a 2022, atingindo um valor de quase 1 milhão e 400 mil euros, contribuindo para o agravamento dos resultados transitados negativos que ultrapassam os 30 milhões de euros, isto é, 2,5 vezes superior ao orçamento corrigido!

O passivo total, superior a 12 milhões, o equivalente ao orçamento, manteve-se praticamente inalterado.

Preocupante é ainda a chamada de atenção do Revisor Oficial de Contas que citamos:

O valor de dividas de fornecedores, fornecedores de investimento e de outras contas a pagar ascendem a 6.841.878 euros. No âmbito da auditoria realizada ao exercício de 2023 realizei pedidos de confirmação externa de saldos, como forma de obtenção de prova de auditoria dos saldos e operações contabilizadas com entidades externas. A não conciliação de respostas discordantes e os procedimentos alternativos não satisfatórios nas entidades que não responderam, não me permitiram obter prova

de auditoria adequada e apropriada sobre os saldos das rubricas acima mencionados, bem como, sobre a necessidade de realização de eventuais ajustamentos ao valor dos passivos e dos correspondentes gastos.

Regressando ao investimento, o que se constata, é que muito do que estava programado para 2023, ficou por fazer:

Requalificação da Ex-EN345 - Ginjal / Caria - 0 execução

Requalificação da EM570 - Caria / Monte do Bispo - 0 execução

Requalificação da Ex-EN345-1 - Cruzamento - 0 execução

Estação Belmonte / Inguias - 0 execução

Reabilitação das Infraestruturas Degradadas nos trabalhos de modernização da Linha da Beira Baixa - 0 execução

Criação do Parque Tecnológico - 0 execução

Recuperação do Edifício do Pavilhão Multiusos - 0 execução

Apoio à Instalação de Empresas no Concelho - 0 execução - sendo que o contrato da área de acolhimento empresarial acabou por ser cancelado.

Jardim Público Caria - 0 execução

Ampliação e Beneficiação da Rede de Recolha Águas Residuais e Pluviais - 0 execução

No caso do serviço de abastecimento domiciliário de água, o aumento do tarifário em 2023 de 50% no 1º escalão de consumo, contrasta com o investimento absolutamente residual de 10 mil euros face aos 77 mil orçamentados. Este caminho só tem um objetivo: justificar uma futura concessão/privatização do serviço, processo cujas consequências são bem conhecidas, por exemplo aqui ao lado, na Covilhã e no Fundão, e que terá sempre o nosso firme e determinado combate.

No plano da valorização dos trabalhadores este foi mais um ano perdido: - não foi celebrado ACEP; não foi implementada a opção gestionária; o suplemento de penosidade e insalubridade não é pago; a formação não existiu; as instalações operacionais continuam num plano inaceitável; e fomenta-se a precariedade com o recurso aos CEI - Contratos de Emprego e Inserção.

Na Habitação, nada de relevante, tal como na Juventude, e o mesmo nas Unidades Museológicas, cujo investimento está prometido para os próximos anos.

Já no Apoio ao Associativismo, dos 37 mil orçamentados, ficou-se pelos 18 mil executados, menos de 50%; e no Investimento às Freguesias também não há nada de positivo a registar: - dos 24 mil orçamentados, a execução foi 0 euros.

Para a Empresa Municipal foram mais 80 mil euros, a título de reposição de equilíbrio financeiro, comprovando uma vez mais, na nossa opinião, a necessidade de internalizar estas atividades com salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Não acompanhámos este Orçamento, não acompanhamos a sua execução e por isso nos abstemos.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Consultor da Área Financeira, Pedro Patrício.

O Senhor Consultor da Área Financeira, Pedro Patrício, tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados da Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Consultor da Área Financeira, Pedro Patrício.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório e Conta de Gerência 2023 do Município de Belmonte” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **9** abstenções, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **10** votos a favor pelo que o “Relatório e Conta de Gerência 2023 do Município de Belmonte” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.

3.4 - Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência 2023 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião extraordinária, realizada em 22 de abril de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“1.) EMPDS – EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA 2023

Foi presente o “Relatório de Gestão & Documentos de Prestação de Contas” referentes ao ano de 2023, bem como o “Relatório e Parecer do Fiscal Único” e a “Certificação Legal das Contas da EMPDS Belmonte, EM, nos termos das alíneas j) do n.º 6 do artigo 25º e d) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31/08. Atendendo a que, nos termos da al. e) do artigo 9º dos Estatutos da EMPDS Belmonte, EM, incumbe à Câmara Municipal, aprovar “o relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação dos resultados, bem como o parecer do fiscal único.”

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que não tinha tido tempo suficiente para analisar os documentos, sendo que o seu voto relativamente ao Relatório de Contas da Empresa Municipal era contra.

Aludiu que compreendia a situação da Empresa Municipal, assim como compreendia porque é que a maioria do Executivo entendia que a Empresa Municipal deveria continuar e como tal tinha de fazer de tudo para que o resultado fosse positivo. Todavia, o próprio não era obrigado a estar agarrado a essa gestão.

Salientou que a Empresa Municipal e os seus trabalhadores estavam abandonados e para quem quer manter a empresa a funcionar deveria ter outros cuidados de gestão em relação ao pessoal, porque era bem visível que esta não tinha cuidado de gestão para ter viabilidade.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, José Mariano, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente aludiu que não tinha analisado os documentos de forma profunda. Contudo tinha visto que a Câmara Municipal tinha injetado no ano transato o valor de 80 mil euros, por isso achava que a Empresa Municipal não tinha viabilidade, tendo sugerido que a Empresa Municipal nomeadamente os trabalhadores passassem para a Câmara Municipal, pois esse era o seu lema. Logo iria-se abster.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e relativamente às intervenções dos Senhores Vereadores, aludiu que compreendia as suas razões e tinha de as aceitar, pois cada um tinha a sua opinião.

Frisou que era cedo para tomar alguma resolução que levasse ao encerramento da Empresa Municipal, sendo que a mesma este ano queria recuperar. Sabia-se que estava a haver mais procura do que tinha havido, pois o mundo ainda se encontrava em crise.

Asseverou que não lhe chocava de ter de refletir em todas ou quaisquer situações em relação ao futuro da Empresa Municipal, mas que por enquanto a mesma era para continuar a fazer as suas funções. Estando no momento convencido que os resultados do ano de 2023 evidenciavam que existia lucro e que havia uma tendência de inversão relativamente aos últimos anos que tinham sido difíceis. Logo votava favoravelmente.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou, com os votos favoráveis do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente, a abstenção do Senhor Vereador José Mariano e o voto contra do Senhor Vereador Carlos Afonso, nos termos do artigo 16º e para os efeitos constantes do artigo 44º do RJAEL, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2023, bem como submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12/09.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 23 de abril de 2024. -----

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Administração da Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social, afirma no Relatório de Gestão que nos apresenta, que o ano de 2023 continuou a ser um ano de retoma, recuperação económica e estabilização.

Estranha-se tal afirmação num documento de gestão, quando passamos à apreciação e análise das contas do exercício e o que se afirma não é coerente com as respetivas contas. Aliás, temos vindo a constatar uma sequência de anos de prejuízos.

Regista-se efetivamente um aumento dos custos de 2022 para 2023, mas muito superior ao previsto e orçamentado.

Já nas receitas verifica-se um aumento de 246 216,00 euros para 395 606,00 euros, mas deveremos considerar incluídos nestes renditos o valor de 123 900,11 euros referentes a 88 187,29 euros de subsídios à exploração mais 35 712, 82 euros de outros rendimentos e ganhos que se trata igualmente da transferência de custos para o município.

Não tendo havido esta engenharia financeira os resultados líquidos da EMPDS, seriam de

114 298,09 Euros de prejuízo e não de um lucro de 9 600,00 euros.

Relativamente à análise das contas do Balanço, também aqui nos apraz salientar que as contas em aberto de clientes e fornecedores se referem a movimentos financeiros

com a entidade relacionada. Para um total de débito de clientes de 27 579,07 euros, 23 971,21 euros, são dívidas do município à empresa; para um total de Outros Créditos a Receber no montante de 105 879,48 euros, 70 000,00 euros serão referentes ao contrato programa de 2023 e 32 723,75 euros referentes a recuperação de despesas com funcionários cedidos. Tratando-se efetivamente de empresas relacionadas a atento as dificuldades da empresa participada, o normal seria que as contas se encontrassem saldadas.

Não nos sendo convenientemente explicada a razão da cessão de dois funcionários ao município, fica-nos a dúvida se também este ato de gestão não será uma forma de atenuar os prejuízos da Empresa, o que levaria a Empresa a um acumular de três exercícios de prejuízos e conseqüentemente ao seu encerramento.

Perante tais fatos e tendo em consideração as recomendações de encerramento já por várias vezes feitas nesta Assembleia Municipal.

Considerando que a gestão da Empresa onera os custos com pessoal em cerca de 40 000,00 euros anuais, representando cerca de 15% do valor das vendas e serviços prestados.

Considerando que parte do quadro de pessoal, como vimos no relatório de gestão, já se encontra ao serviço do Município.

Considerando que V. Ex^a. Senhor Presidente já manifestou nesta Assembleia algumas reservas sobre a rentabilidade da empresa.

O que perspectiva para o futuro da Empresa Municipal?"

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e referiu que a Empresa Municipal de Belmonte tinha apresentado lucros positivos porque tinha existido uma "injeção" por parte do Município no valor de oitenta mil euros, ou seja, mais uma vez a CDU defendia a sua posição de que a Empresa Municipal de Belmonte, deveria estar integrada na Câmara Municipal, salvaguardando sempre a situação dos trabalhadores.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

"A Empresa Municipal de Belmonte defende o bom desenvolvimento de uma política cultural assente numa estrutura consolidada, evidenciando a preservação do património cultural.

A Empresa Municipal aprovou na sua reunião a proposta relativa à prestação de contas do ano de 2023;

Na mesma reunião foi igualmente aprovada a proposta relativa ao Relatório de Gestão ano 2023.

Pensamos que estes documentos espelham a verdade de um ano particularmente difícil, mas em que houve capacidade para enfrentar os muitos desafios com que estivemos, de facto confrontados.

As demonstrações financeiras encontram-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias e estão preparadas, em todos os aspetos materiais com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Assim, votamos a favor dos documentos apresentados de Prestação de Contas da Empresa Municipal referentes ao exercício económico de 2023.”

A Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes.

Ao longo deste mandato esta bancada tem defendido a extinção da Empresa Municipal, tendo em conta de que se trata de um apêndice da Câmara Municipal, dela depende financeiramente. Não existindo independência por parte da EMPDS.

Neste relatório é evidenciado mais uma vez que o custo com o pessoal é excessivo para a dimensão da empresa municipal, 16 funcionários para 6 espaços museológicos mais a parte administrativa. No espaço de 10 anos a Empresa Municipal duplicou o número de funcionários, o que não aconteceu com os serviços prestados, não havendo justificação para este elevado número de funcionários.

Em 2023 a despesa com o pessoal foi de 308985.20€ e o valor das vendas e serviços prestado foi de 271705.87€, como podemos observar a despesa com o pessoal ultrapassa o valor da receita, algo que não é viável.

Podemos também verificar no relatório que há cedência de funcionários ao Município, mais um facto que demonstra o excesso de funcionários e em como estes devem ser integrados na Câmara Municipal para assim o seu trabalho ser rentabilizado.

Em 2023 a Empresa Municipal em 2023 teve um lucro de cerca de 9000€ mas será que é um valor real? Pois, se não tivermos em conta o valor da cedência dos dois funcionários não existe resultado positivo.

Na certidão da reunião de Câmara o Senhor Presidente fala sobre dúvidas em relação à continuidade da Empresa Municipal, quando será tomada uma decisão? A Câmara vai continuar a injetar dinheiro na EMPDS?

Também gostaríamos de saber porque motivo a Empresa Municipal não foi chamada para participar no Plano de Turismo, uma vez que é a instituição que contacta diretamente com os visitantes de Belmonte.

É incompreensível que um Plano de Recuperação de Turismo seja baseado apenas em 47 questionários, quando Belmonte, teve de certeza, muitos mais turistas durante os 3 meses em que foi realizado o trabalho de campo, já que em 2022 tiveram cerca de 80 mil visitantes.

Até que ponto podemos considerar este Plano de Turismo adequado à realidade de Belmonte?

A EMPDS nem é referida neste Plano, sendo a instituição responsável pela promoção do turismo em Belmonte, bem como pela manutenção dos espaços museológicos.

Podemos concluir que a Empresa Municipal foi excluída do futuro do turismo de Belmonte.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou a Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), que estava preocupado com o futuro da Empresa Municipal. Todavia, o Município de Belmonte não tinha feito mais do que uma recomendação que a IGF tinha solicitado aquando da sua última ação de inspeção ao Município, em que lhes tinha sido dito que deveriam existir contratos, por isso estarem a seguir essas indicações, sendo que o Município estava a assumir os subsídios de exploração devidos à Empresa Municipal.

Referiu que andava pelas ruas em Belmonte e que cada vez se viam mais turistas, esperando assim que o número da procura em Caria também aumentasse.

Deu nota que tinham aumentado o número de funcionários, pois também tinham aberto a estrutura de Caria.

Aludiu que provavelmente a Empresa Municipal, ainda não tinha conseguido “vender” bem Caria, mas que tinha que o fazer, uma vez que Caria tinha potencialidades.

Relembrou que o seu mandato terminaria mais ou menos daqui a um ano e meio, logo enquanto cá estivesse a Empresa Municipal iria continuar, a não ser que houvesse alguma catástrofe e que não a conseguisse manter. Contudo quem viesse a seguir decidiria o que achasse melhor.

Mencionou que via com alguma apreensão que a Empresa Municipal pudesse fechar, de a estrutura ficar para o Município e de o mesmo poder comercializar a exploração dos museus e dos espaços museológicos, pois não sabia como é que isso se fazia, pelo que certamente haveriam de existir soluções para isso.

Asseverou que estavam confiantes que este ano seria melhor.

Aludiu que já tinham retirado despesa da Empresa Municipal, com dois funcionários.

Referiu ainda que esperava que não fosse necessário virem mais funcionários para a Torre de Centum Cellas.

Salientou que uma das coisas que o incomodava profundamente era o facto de o Castelo encerrar à hora de almoço e nomeadamente no verão que encerrava a partir das

17H00, uma vez que no verão ninguém queria ir visitar o castelo até às 17H00, pelo que depois das 17H00 é que o mesmo deveria estar aberto.

Frisou que não dissessem que a Empresa Municipal tinha sido esquecida no Plano de Turismo, pois a mesma tinha um papel fundamental. Todavia, a Empresa Municipal, estava subordinada à Câmara Municipal, uma vez que o que a Câmara decidisse tinha de ser cumprido pela Empresa Municipal. Aludiu que era obvio que existia um Conselho de Administração e que o mesmo tinha a sua autonomia, mas que a mesma estava em permanente diálogo com a Câmara Municipal, e esperava que assim continuasse.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que a Empresa Municipal tinha sido esquecida no Plano de Turismo, sendo que até dizia mais, que o Plano de Turismo deveria ser esquecido, pois não tinha utilidade.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que essa era a opinião do Senhor deputado e não a dele, pois o Plano de Turismo tinha custado dinheiro, pelo que iriam tentar aplicá-lo dentro do possível e de tentar aprender alguma coisa com o plano.

A Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou por que motivos tinham sido aceites quarenta e sete questionários, uma vez que Belmonte tinha tantos turistas ao longo do ano? Pois não era compreensível como é que um Plano de Turismo, pudesse ser realizado com quarenta e sete questionários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomou novamente a palavra e questionou a Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), se não sabia quem é que tinha feito o Plano de Turismo, sendo que deveria perguntar diretamente à mesma, o porquê de só fazer a entrevista a quarenta e sete pessoas. Tendo informado que para o próprio servia perfeitamente.

Asseverou que o dia de ontem tinha corrido bem, com a reportagem da SIC, pelo que se tinha de promover e mostrar Belmonte.

Deu nota que se tinha tido muita gente nas festas do concelho, nomeadamente no último dia, com o concerto do Nininho Vaz Maia, tendo vindo muita gente de fora do concelho.

Referiu que estas iniciativas possam ser um motivo de atração para Belmonte, sendo que para isso precisava-se da restauração, dos hotéis, das camas, se bem que já se tinha um número de camas razoáveis.

Aludiu que iria desafiar os Senhores Membros da Assembleia Municipal, as forças vivas do concelho, responsáveis da área do turismo e da hotelaria a participarem num colóquio com a responsável do Plano de Turismo e que certamente se introduziria tudo

o que fosse necessário introduzir de forma que se pudesse vir a melhorar o que fornecemos a quem nos visite e a quem cá estava.

Por fim, mencionou que na restauração existiam lacunas, com todo o respeito que mereciam os empresários desta área, sendo que deveriam existir mais pratos locais, ou seja, vender mais os nossos produtos.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Relatório e Conta de Gerência 2023 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **9** votos contra, da Bancada do PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1), **0** abstenções e **10** votos a favor pelo que o “Relatório e Conta de Gerência 2023 da EMPDS - Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, EM” foi aprovado por **maioria** dos presentes na votação.

3.5 - Apreciação e votação do procedimento para atribuição ao direito de utilização privativa de domínio público do Município de Belmonte para instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
JOSÉ MANUEL CANINHAS FIGUEIREDO, CHEFE DA EMDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 18 de abril de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.3.) PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO AO DIREITO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BELMONTE PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS.

Foi presente à reunião de Câmara, o procedimento para atribuição ao direito de

utilização privativa de domínio público do Município de Belmonte, para a instalação, manutenção e exploração de cinco postos de carregamento de veículos elétricos (PCVE), distribuídos no território do Concelho de Belmonte.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Borralhinho, tomou a palavra e informou que este ponto já tinha sido apresentado de forma informal.

Aludiu que na presente reunião já trazia o Edital com as localizações aproximadas. Já que o local exato dependerá sempre dos pontos de luz.

Relembrou que já existia um carregador elétrico junto à Loja do Cidadão em Belmonte.

Referiu que os restantes carregadores elétricos iriam ser instalados em Belmonte na Rua Pedro Álvares Cabral, ao pé da Escola de Música/estacionamento da Praça dos Descobrimentos e em frente ao Banco Santander Totta, em Maçainhas no Largo do Adro (junto ao elétrico), no Carvalhal Formoso, na Rua Nova e em Caria na Rua do Poço (praça de táxis).

Seguidamente deu nota que o investimento seria feito pela empresa que ganhar o concurso e não pelo Município.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e aludiu que nesta fase o Colmeal da Torre e as Inguias ficariam sem postos de carregamento elétrico.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Borralhinho, tomou novamente a palavra e informou que no Edital que é proposto, existir uma folga de 20% de modo a que no futuro possam ser contemplados mais locais.

Asseverou que o Município, tinha tido um consultor que tinha feito uma primeira análise. Todavia, isso era um concurso e qualquer um podia concorrer, pois o próprio concurso não estava restrito a isso, podendo até apresentar soluções que se encaixassem dentro da folga que o Município tinha em termos percentuais de mais carregadores noutros sítios.

Por fim, referiu que o estudo levou em conta o tempo de carregamento e os diversos pontos do concelho que teriam maior probabilidade de utilização, de modo a que o investimento fosse recuperável, caso contrário poderíamos ficar com o concurso vazio.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade, o procedimento para atribuição ao direito de utilização privativa de domínio público do Município de Belmonte, para a instalação, manutenção e exploração de cinco postos de

carregamento de veículos elétricos (PCVE), distribuídos no território do Concelho de Belmonte.

Mais deliberou, submeter o mesmo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 24 de abril de 2024. -----

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou como é que tinha sido feita a seleção dos locais?

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e aludiu que Belmonte com esta iniciativa estava também a dar o seu contributo ao Pacto de Autarcas que tinha assinado relativamente a neutralidade carbónica, em que o Município estava inserido e que iria decorrer até ao ano de 2050.

Seguidamente deu os parabéns ao Executivo por ter descentralizado. Frisou que era evidente que ainda faltavam algumas localidades, mas que a seu tempo seria extensivo a todas as localidades do concelho de Belmonte.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que seja passada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e relativamente à seleção dos locais, informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que o Município de Belmonte, tinha tido uma empresa que lhes tinha feito um estudo sobre os locais e sobre a viabilidade, pois era um investimento avultado, sendo que o Município de Belmonte não tinha custos, pois os custos eram das empresas.

Asseverou que o Município para fazer a candidatura e de correr o mínimo de riscos de a mesma ficar vazia, tinham analisado primeiro essas questões.

Referiu que em termos de locais tinha sido pensado, pois em Belmonte também não ficava junto ao castelo, pois não queriam pontos que estivessem junto à parte mais histórica

Salientou que tinha ficado em aberto a possibilidade de ser incrementado em mais 20%, sendo que estava no próprio documento. Esperando assim que quem

concorresse fizesse essa análise e que lhes dissesse que estavam interessados em fazer mais alguma coisa, pois o Município tinha essa folga de poder trabalhar, modificar e colocar em mais algum sítio se fosse necessário.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e aludiu que não lhe agradava o facto de o Colmeal da Torre e as Inguias, terem ficado de fora, sendo que mais tarde ou mais cedo iriam ter.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “procedimento para atribuição ao direito de utilização privativa de domínio público do Município de Belmonte para instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que o “procedimento para atribuição ao direito de utilização privativa de domínio público do Município de Belmonte para instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.

3.6 - Apreciação e votação AMPV– Associação Municípios Portugueses do Vinho – Reavaliação de participação do Município de Belmonte

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 7 de março de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.3.) AMPV – ASSOCIAÇÃO MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO – REAVALIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELMONTE

Foi presente à reunião de Câmara, pela AMPV – Associação Municípios Portugueses do Vinho, para regularização a emissão do compromisso das quotas relativas ao ano de 2023 e 2024 por parte do Município de Belmonte, assim como a regularização do pagamento da quota de 2022.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e deu nota que tendo em conta que os produtores de vinho do concelho nunca lhes tinham falado sobre esta Associação e que provavelmente estavam a fazer o seu caminho por outros meios, não viam o interesse em continuar a fazer parte da AMPV – Associação Municípios Portugueses do Vinho.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, comunicar à AMPV – Associação Municípios Portugueses do Vinho, a saída do Município de Belmonte dessa Associação.

Mais deliberou, submeter o mesmo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 15 de abril de 2024. -----

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente, em 24 de Fevereiro de 2022 trouxe este assunto da adesão a AMPV. à Assembleia Municipal.

Pela consulta à certidão da ata da reunião da Câmara de 17 de Fevereiro de 2022, que serviu de suporte à votação favorável por unanimidade, podemos verificar os motivos que serviram de base à vossa proposta, e passo a citar:

“O Senhor Presidente da Câmara Dr. António Dias Rocha, tomou a palavra para comunicar que foram ouvidas as adegas mais importantes do concelho de Belmonte, tendo estas manifestado o seu interesse em fazerem parte desta associação que até já possui um livro, do qual ainda não fazem parte. Aguarda que a Assembleia Municipal aceite a adesão a esta estrutura que é muito importante para a região, onde há uma tradição vinícola.”

Lamentavelmente, somos agora confrontados com a decisão do Executivo de sair da associação, com o pretexto de que, e passo a citar o teor da certidão da ata da reunião de camara a 7 de Março 2024:

“O Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Belmonte Dr.º Antonio Pinto Dias Rocha tomou a palavra e deu nota que tendo em conta que os produtores de vinho

do concelho nunca lhes tinha falado sobre esta associação e que provavelmente estavam a fazer o seu caminho por outros meios, não viam o interesse em continuar a fazer parte da AMPV.”

Senhor Presidente, agradeço o seu esclarecimento, pois ficamos na dúvida sobre esta incongruência. Pode esclarecer?

E, no seguimento, e como se pode verificar, a verba foi cabimentada, o compromisso foi assumido, mas o valor não foi faturado, ou seja, não foi pago, acendendo o valor da dívida a 2.000 €. O que vai acontecer com este valor? Vai ou não ser pago? a Câmara vai assumir o compromisso que assumiu ou não? É que na informação da Técnica Superior nada é dito sobre isto. Obrigado.”

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O concelho de Belmonte tem excelentes condições para a produção de vinho de qualidade.

Este setor atravessa hoje grandes dificuldades devido ao embargo económico feito à Federação Russa, na sequência da Guerra com a Ucrânia. Recorde-se que a Rússia é o principal consumidor de vinho Português.

Preocupa-nos que o atual Ministro da Agricultura tenha defendido que seja colocado um travão a novas plantações.

Sabemos que na nossa região não há excessos de vinha.

Defendemos que o setor tem grande potencial e deve ser mais apoiado.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e informou o senhor deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), que não existia incongruência nenhuma. Referiu que o Município queria pagar dois mil euros se eles cumprissem com a parte deles, que era terem mandado o estudo técnico ou financeiro deles, pois o mesmo tinha de ser submetido ao tribunal de contas. Contudo a Associação Municípios Portugueses do Vinho nunca o tinha enviado, logo o Município nunca tinha pago. Por essa razão achavam que não estavam a fazer nada como “associados”. Todavia se a Assembleia Municipal deliberasse que o Município deveria manter-se o mesmo manter-se-ia.

Para terminar, deu nota que os proprietários das adegas nunca lhe tinham falado do assunto.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “AMPV– Associação Municípios Portugueses do Vinho – Reavaliação de participação do Município de Belmonte” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções, da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1) pelo que*

a “AMPV– Associação Municípios Portugueses do Vinho – Reavaliação de participação do Município de Belmonte” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

3.7 - Apreciação e votação APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – Reavaliação de participação do Município de Belmonte

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA DE MELO, CHEFE DA UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 7 de março de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

“A.3.2.) APDA – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS – REAVALIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELMONTE

Foi presente à reunião de Câmara, pela APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, para regularização a emissão do compromisso das quotas relativas ao ano de 2023 e 2024 por parte do Município de Belmonte.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, tomou a palavra e informou que relativamente aos pontos A.3.2.) e A.3.3.) tinha sido o próprio que tinha pedido para virem à presente reunião, porque da mesma forma que tinham vindo aquando da entrada do Município para estas Associações também agora teriam de vir.

Aludiu que tinha solicitado uma informação referente ao que tinha sido feito por estas Associações, sendo que até à data nada tinha sido feito. Pois a única coisa que enviavam para o Município todos os anos era o recibo para pagarem, logo não via benefício nem interesse nenhum em o Município, continuar associado às mesmas, pois esse dinheiro podia ser canalizado para outras finalidades.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal de Belmonte, André Filipe Reis Rosa Correia, tomou a palavra e referiu que se não havia atividade por parte dessa Associação não fazia sentido o Município ainda continuar como associado da mesma.

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, comunicar à APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, a saída do Município de Belmonte dessa Associação.

Mais deliberou, submeter o mesmo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 15 de abril de 2024. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – Reavaliação de participação do Município de Belmonte” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções, da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor, da Bancada do PS (10) e da Bancada da CDU (1) pelo que a “APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – Reavaliação de participação do Município de Belmonte” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.

Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Múncipes ficou encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 12:20 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário